

O Triângulo da democracia

CABO VERDE

Aristides Pereira

GUINÉ-BISSAU

ÁFRICA

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Nino Vieira

Pinto da Costa

darismo e da eleição por sufrágio directo e universal do presidente da república. Por isso consideraram que o «anteprojecto de constituição apresentado na conferência do partido já estava ultrapassado». É que, para eles, o que estava em causa não era uma simples revisão da Constituição mas uma «nova filosofia que coloque definitivamente termo à I República».

O presidente são-tomense não tinha outra saída do que dar ouvidos aos seus opositores. Assim, as linhas-mestras da filosofia da II República já se encontram no novo texto constitucional, em cuja elaboração participou, de forma activa, o constitucionalista português Jorge Miranda.

Como o processo de abertura política já não permite recuos, Pinto da Costa teve mesmo de marcar para o próximo Verão as eleições legislativas e presidenciais. A oposição não gostou e exigiu um adiamento. Razão: necessitam de mais tempo para se implantarem no terreno e darem a conhecer o seu projecto ao eleitorado. Além disso, pretendem que as eleições legislativas e presidenciais se realizem separadamente.

Faça à reacção da oposição, Pinto da Costa dá o pontapé de saída de um autêntico jogo do gato e do rato. Diz que adia o acto eleitoral mas deixa em *stand-by* a declaração que oficializa este adiamento. Por isso, o momento actual é de expectativa. Apesar dos «truques» presidenciais, a oposição

tudo indica que se prepara para passar o testemunho. Os seus problemas de saúde e os 15 anos passados à frente dos destinos do país terão pesado na decisão.

Na primeira linha da sucessão, um nome: Pedro Piões, actual primeiro-ministro. No entanto, e apesar de dominar a máquina partidária e estatal, o secretário-geral adjunto do PAICV tem uma grande dor de cabeça: justificar o seu «direito» ao posto de Aristides Pereira.

Para o conseguir, nada melhor do que aparecer aos olhos da opinião pública como o homem das reformas políticas. Foi o que fez, a tal ponto que o processo de abertura em Cabo Verde começou por ser conhecido por «perestroika».

Mas, no início a «perestroika» foi uma espécie de tiro no escuro. Falou-se muito nela mas os seus contornos permaneceram mal definidos. E os cabo-verdianos tiveram de esperar até 15 de Fevereiro para ver um pouco mais claro.

O fumo branco só veio no termo de uma reunião da Comissão Política do PAICV, durante a qual o partido decidiu abrir mão do monopólio do poder, deixando o caminho livre para a instauração de um regime pluripartidário. Era o princípio do fim do célebre artigo quarto da Constituição que consagra o PAICV «como força política dirigente da sociedade e do Estado».

O outro «doce» que o partido decidiu oferecer foi a participação de listas independentes nas

próximas eleições legislativas, marcadas para o final deste ano. Mas, como não há bela sem senão, as listas partidárias permaneceriam fora da jogada.

Com esta «artimanha», o partido deixava bem claro que tencionava administrar o processo de abertura a contagotas. Era a única garantia de continuar com a faca e o queijo nas mãos e adiar a entrada em cena da oposição. É a fase de ouro da «piestroika», com o seu mentor a gabar-se de ser o único primeiro-ministro a não conhecer o rosto dos seus opositores.

É verdade que a oposição era praticamente inexistente, limitando-se a alguns «partidos», na sua maioria em fase de extinção, que operam a partir do estrangeiro, respondendo pelos nomes de UPIC, UCID ou ainda Movimento Democrático de Libertação e Ressurgimento Nacional de Cabo Verde. A sua fraqueza constituiu a principal força do PAICV.

No entanto, a abertura da torneira democrática em Cabo Verde não deixou indiferente a «maioria silenciosa» que só esperava pela melhor ocasião para pôr em causa a liderança do PAICV. O primeiro sinal veio com a formação do Movimento Para a Democracia (MPD), uma organização que muitos já vêem como um embrião de um futuro partido

político. A partir deste momento, as coisas não deixaram de se complicar para o partido de Amílcar Cabral.

Com efeito, o MPD não perde tempo e contra-ataca em todas as direcções, colocando em causa toda a estratégia de abertura preconizada pelo partido. Primeiro, consideram que a democracia em Cabo Verde tem de ser «construída, já que nunca existiu». Depois, denunciavam o conceito de «grupos de cidadãos» que, segundo eles, constituem uma «armadilha» destinada a «fragmentar as forças políticas de oposição». E, *last but not least*, dão a sua receita para o processo de democratização: dotar o país de mecanismos institucionais e legais que permitam, em pé de igualdade, a livre expressão das diversas plataformas políticas.

Uma vez conhecido «o manifesto dos seiscentos», nome por que é conhecida a declaração pública do MPD, o PAICV sabe de antemão que já não poderá continuar a cantar a solo. Mas o que ninguém esperava é que o partido de Amílcar Cabral cedesse às primeiras reivindicações da oposição.

Com efeito, na reunião da Comissão Política da passada semana, o PAICV decidiu dar ouvidos aos seus opositores e avançar com uma proposta que

permite a outros partidos políticos, e não simplesmente «grupos de cidadãos», concorrer às eleições legislativas do final do ano. Mas a grande bomba foi sem dúvida o anúncio de que, pela primeira vez na sua história, o futuro presidente vai ser eleito por sufrágio directo.

De momento, o PAICV encontra-se numa situação particularmente delicada: prometeu um dedo e a oposição exigiu o braço. E, não contente com isso, quer agora o corpo todo. O resultado é que, apesar das cedências, o MPD não está satisfeito. E tem boas razões para isso já que o partido continua com o baralho nas mãos e insiste ainda em fazer «paciências».

O problema é que, para a oposição, até a paciência tem limites, razão pela qual exigem que o partido abra o jogo. No entanto, isto só será possível quando a luta no seio do partido para a sucessão de Aristides Pereira chegar ao seu termo. Uma luta que, contrariamente ao que pensava Pedro Pires, não será um alegre e solitário passeio.

A Guiné-Bissau não pode esperar

Na Guiné-Bissau, os caminhos do diálogo e da tolerância continuam por desbravar. É que, reticente à onda democrática que invade os pequenos

PALOP, Nino Vieira continua a «dirigir» com mãos-de-ferro os destinos daquele antigo território português.

No entanto, o homem forte de Bissau não parece ter alternativa. Tanto mais que o balanço dos seus 10 anos de poder é catastrófico, sobretudo no plano económico. Talvez por isso mesmo, mas também graças às pressões do FMI e do Banco Mundial, Nino Vieira começou por dar os primeiros passos no sentido da liberalização, começando pelo sector económico.

Preparou um plano, o Programa de Reajustamento Estrutural, e esperou à sombra da bananeira. O problema, como em quase tudo na Guiné, é que das intenções à prática existe um longo caminho a percorrer. Assim, um documento que continha muitos pontos positivos acabou por se transformar num autêntico viveiro para o nepotismo e os abusos de poder.

A sensação de uma economia privada a florescer não passa da ponta visível de um iceberg onde só sobrevivem os que têm acesso aos financiamentos e amigos que desbloqueiam as sempre complicadas armadilhas administrativas, ou sejam, os aliados dos homens do poder. Por esta razão, o resultado do Programa de Reajustamento Estrutural é o domi-

nio do sector económico pelo mercado negro e a substituição da expressão «situação económica» por «anarquia económica».

Também não é brilhante, bem pelo contrário, a situação dos direitos do homem e das liberdades dos cidadãos. Apesar disto, a oposição ao antigo companheiro de Cabral nunca conseguiu encostá-lo à parede.

Segundo os opositores, a chave da grande força do presidente da Guiné-Bissau está no apoio cubano aos serviços de segurança, quer civis quer militares.

O pesadelo de Nino

Assim, durante o seu longo «reinado», Nino Vieira já conheceu muitos movimentos da oposição. Respondem pelo nome de FLING, OANG ou Movimento Bafatá. Enquanto organizações políticas, os dois primeiros praticamente já desapareceram. Resta o Movimento Bafatá que, de momento, «agrupa quase todos os opositores a Nino Vieira».

O centro nervoso desta organização é a capital portuguesa embora se diga que a ala militar do movimento tem a sua base principal no Senegal bem como «uma grande implementação na sociedade civil e nas estruturas militares da Guiné». Por agora, constituem o grande pesadelo de Nino Vieira. E prometem-lhe muitas noites de in-

sónia.

O principal cavalo de batalha do Movimento Bafatá é fazer com que os países ocidentais «levem a Guiné a sério». Para isso, preparam uma grande campanha pública nos Estados Unidos e nas capitais comunitárias, a começar por Lisboa. O objectivo é sensibilizar a opinião e os poderes públicos e angariar apoios para o seu plano de democratização.

Como já era de esperar, o presidente Nino Vieira continua a fazer ouvidos de mercador às principais reivindicações da oposição. Mas, *perestroika oblige*, já não defende tão abertamente o monopartidarismo. Por isso, o número um de Bissau parece ter encontrado no reconhecimento de tendências dentro do PAIGC uma maneira «habilitosa de maqui-lhar o regime».

A transformação do partido único num conglomerado de correntes poderá ser uma realidade já no próximo congresso extraordinário do PAIGC, marcado para Novembro deste ano. Mas não restam dúvidas, a não ser junto de certos duros do partido, que esta será a primeira etapa em direcção ao multipartidarismo. Assim, o exige a actual situação político-económica que transformou o país de Nino Vieira numa autêntica panela de pressão.

Jorge Araújo